

RESUMO

ESPORTE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A REPERCUSSÃO DA MORALIDADE NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS.

AUTORA: Maria Eduarda Lence Borges
ORIENTADOR: Eduardo Lopes Cabral Maia

Trata-se de um artigo de revisão, de natureza exploratória, que busca analisar as noções de consciência coletiva, moral e educação enquanto ferramentas de formação de indivíduos em sociedade, da mesma maneira que o papel social do esporte e a repercussão da moralidade dentro das práticas esportivas. Primeiramente, torna-se necessário ilustrar a sociedade enquanto um organismo vivo, que apresenta uma consciência coletiva, para que seja possível compreender a definição de moral dentro do campo da sociologia. Para tal objetivo, serão utilizadas as obras e os pensamentos de Émile Durkheim e de Pierre Bourdieu. Ademais, serão abordados Os Jogos Olímpicos visando esclarecer como o esporte se desenvolveu ao longo dos anos, bem como o surgimento do Olimpismo ilustrando quais são seus princípios fundamentais, além de, também, relacionar e considerar o espaço desportivo como uma ferramenta de formação humana e seguimento da moral. Com esse propósito, Eric Dunning e Norbert Elias auxiliarão com suas teorias.

Palavras-chave: Consciência Coletiva. Moral. Educação. Esporte. Moralidade.

ABSTRACT

SPORT AND EDUCATION: A SOCIOLOGICAL STUDY ON THE REPERCUSSION OF MORALITY IN SPORTS PRACTICES.

AUTHOR: Maria Eduarda Lence Borges
ADVISOR: Eduardo Lopes Cabral Maia

This is a review article, of an exploratory nature, that seeks to analyze the notions of collective conscience, morality and education as tools for the formation of individuals in society, as well as the social role of sport and the repercussion of morality within sports practices. First, it becomes necessary to illustrate society as a living organism, which presents a collective conscience, so that it is possible to understand the definition of morality within the field of sociology. For this purpose, the works and thoughts of Émile Durkheim and Pierre Bourdieu will be used. In addition, the Olympic Games will be addressed in order to clarify how the sport has developed over the years, as well as the emergence of Olympism, illustrating its fundamental principles, as well as relating and considering the sports space as a tool for human and moral follow-up. For this purpose, Eric Dunning and Norbert Elias will help with their theories.

Keywords: Collective Consciousness. Moral. Education. Sport. Morality.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a função e/ou o papel social do esporte, bem como seu lugar dentro do âmbito educacional. Para esse fim, a teoria utilizada foi baseada nas ideias de Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, Norbert Elias, Eric Dunning e Pierre de Coubertin visto que contribuem para retratar o mundo desportivo como uma ferramenta de formação humana e social. Isto pois, suas noções e concepções sobre educação, educação moral, esporte como seguimento da moral e ideais do Olimpismo somam fortemente no desenvolvimento desse trabalho.

Ademais, foram feitos levantamentos acerca das variáveis entre o esporte como negócio, como prática social competitiva e como fonte de educação. O primeiro diz respeito às transformações histórico-sociais e políticas que ocorreram ao longo das décadas e que acabaram influenciando o mundo desportivo a tornar-se um produto capaz de gerar lucro dentro da sociedade capitalista. O segundo refere-se às práticas esportivas como um espaço de profissionalização, tal como ambiente motivador de rivalidade e de conquistas. E, finalmente, o terceiro corresponde ao complexo processo do esporte enquanto componente educacional que repercute regras morais e valores sociais, que preexistem socialmente. Logo, o âmbito desportivo pedagógico vem a ser um seguimento da moral e uma ferramenta de constituição humana, ou seja, é um ambiente de aprimoramento do estudante como ser humano e que inclui o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico, de normas de conduta social e de uma formação moral e ética.

Assim sendo, a necessidade desse estudo se deu através da importância do esporte como componente educacional. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) garante no Art. 26 parágrafo 3 que “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica”. Além disso, vale ressaltar que no Art. 35 parágrafos 1 e 2 (incluídos pela Lei 13.415, de 2017) também são garantidos os direitos de acesso ao esporte onde tornam-se obrigatórios os estudos e práticas de educação física, da mesma forma que deve-se articular o contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural dos estudantes para com a educação e instituições de ensino.

Consequentemente, é notória a importância do esporte enquanto componente educacional formalmente definido pela regulamentação normativa da LDB e, logo, pela

legislação. À vista disso, urge a necessidade de compreender a dimensão educacional, formadora, da prática esportiva no ambiente escolar.

Destarte, a seção primária foi desenvolvida para que fosse possível compreender o que significa o termo “moral”, bem como entender a sociedade enquanto um organismo vivo que transmite, de geração em geração, valores sociais e morais. Com essa finalidade, fez-se uso das ideias de Durkheim sobre consciência coletiva e consciência individual visando melhor exemplificar esse processo complexo que envolve hábitos, costumes, valores, crenças, regras sociais e de conduta. Então, buscou-se informar dois grandes pontos: que a moralidade traz consigo o papel de introjetar a consciência coletiva na subjetividade dos sujeitos em socialização; e que a moral se transforma ao longo das décadas tendo em vista as mudanças políticas, econômicas, organizacionais e sociais do ambiente em que se vive e/ou que se analisa.

Posto isso, a segunda seção refere-se à manifestação da moral na educação e, para isso, foram consideradas tanto as ideias de Émile Durkheim quanto as de Pierre Bourdieu, visando investigar o âmbito educativo como reprodutor da moralidade. Dessa forma, o foco se baseou no campo educacional, na socialização, nas distinções econômicas que se encontram no processo de ensino-aprendizagem e nas relações de disputa e hierarquização que existem no espaço educativo. Nesse último quesito, a perspectiva de Bourdieu consegue reafirmar o caráter de reprodução da moral social da educação e permite visualizar o esporte como um dos vetores desse processo de socialização. Portanto, é um importante item que buscou retratar a escola enquanto um instrumento de socialização que tem como finalidade construir o ser social, do mesmo modo que também se pretendeu ilustrar como compete à sociedade a formação das concepções de moral voltadas para o bem viver social, por meio da educação e do esporte.

Em seguida, reforça-se na terceira seção que a moral não é eterna e nem absoluta, já que é uma construção social, tal como se revela que a função social da moral é justamente a regulação da conduta humana. Por conseguinte, é abordada a preocupação de Durkheim acerca do desenvolvimento de uma educação voltada para a construção do que intitula de “moral laica” onde se formariam cidadãos que acreditassem em uma sociedade baseada no espírito científico, visando perceber a realidade sem recorrer prontamente à religião. Logo, para esclarecer o processo educacional, o sociólogo estratifica a educação em “primeira e segunda infância”, do mesmo modo que cita elementos fundamentais da moralidade. Ademais, defende que é através da educação

moral que se torna possível assegurar aos indivíduos o interesse pela vida em coletividade e, em suma, o que se buscou apresentar nesse item é que por intermédio da escola, e da educação moral, pode-se introduzir os valores sociais da consciência coletiva na subjetividade dos sujeitos de modo que se clarifique o sentido do esporte na educação como ferramenta de socialização.

Finalmente, na quarta seção buscou-se elucidar que o esporte é parte integrante da educação e, logo, um fenômeno social muito importante. Para esse propósito, foi desenvolvido o processo de organização do mundo desportivo, ao longo dos séculos, da mesma maneira que se pretendeu exhibir a relevância dos Jogos Olímpicos e a filosofia de vida pertencente ao esporte, chamada de Olimpismo. Então, a teoria utilizada foi baseada nas ideias do Barão Pierre de Coubertin que acreditava na importância do uso do esporte no ambiente educacional, pois via o desporto como um meio capaz de assegurar elementos educativos, morais e sociais aos sujeitos. Desta forma, foram expostos nesta seção os principais valores que Coubertin estabeleceu ao Olimpismo e dentre eles pôde-se visualizar o aspecto moral do esporte, de modo que tornou capaz a visualização das práticas esportivas como instrumento de reprodução da moral. Em síntese, o que se pretendeu ilustrar foi que o mundo desportivo se configura como uma importante fonte de moral social, bem como vetor de reprodução da consciência coletiva.

1. MORAL

Para melhor compreender o que é o termo “moral”, considero de tremenda importância esclarecer anteriormente a noção de “consciência coletiva”.

Logo, consciência coletiva é o conjunto de crenças e sentimentos comuns dentro de uma sociedade. Melhor dizendo, as convicções que um sujeito tem não são, em boa medida, algo próprio e particular seu, mas sim da sociedade tendo em vista que o meio social é um sistema que determina (mesmo que inconscientemente) os pensamentos, as vontades, os desejos e, de modo geral, as vidas dos agentes sociais. Entretanto, é fundamental perceber que existe uma relação constante entre a consciência coletiva e a consciência individual já que ambas atuam na vivência humana.

No que se refere à consciência coletiva, devemos compreender que é um elemento autônomo porque mesmo o indivíduo sendo fundamental para sua existência, é ela que formará socialmente o indivíduo e, portanto, é um fato social.

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é por definição difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. Do mesmo modo, ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, embora só seja realizada nos indivíduos. A consciência coletiva é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, mas de outra maneira. (DURKHEIM, 1999. p.50)

Seguindo essa lógica, Durkheim ao dizer que a consciência coletiva liga as gerações umas às outras, ilustra que os sentimentos, os pensamentos, as culturas, as vontades e desejos são transmitidos justamente por causa e através da consciência coletiva. Como exemplo, em uma família onde certos ideais familiares foram e continuarão sendo transmitidos através de cada nova geração, considerando algumas possíveis mudanças, entretanto, com a mesma estrutura. Ou seja, as gerações passadas vão transportando valores para as gerações atuais que, por consequência, passarão para as gerações futuras.

Nesse sentido, para melhor ilustrar essa ideia, temos como exemplo a consciência coletiva existente nos Estados Unidos da América sobre a importância do esporte na formação humana, cultural e social, tanto para os indivíduos quanto para com o próprio

país. Ou seja, há nos EUA uma forte consciência coletiva de que o esporte é um espaço indispensável e uma ferramenta fundamental, então, os sujeitos já nascem e crescem nesse meio e nessa cultura, logo, o sentimento que eles têm em relação às práticas esportivas é motivado por essa mesma consciência coletiva passada de geração em geração.

Então, torna-se importante frisar que a consciência coletiva vai suggestionar a vida em sociedade e diz respeito às ideias que todos nós temos enquanto indivíduos pertencentes à sociedade. Claro que, como já dito acima, não podemos excluir a importância da consciência individual que também atua e contribui socialmente, tendo em vista que não é apenas uma mera determinação da consciência coletiva. Melhor dizendo, pode-se dizer que são interdependentes já que ambas coexistem e influenciam na vida social. À vista disso, os costumes, os valores, as regras sociais e de conduta são estimuladas, em especial, pela consciência coletiva, mas não somente por ela uma vez que é central, porém, não é a única atuante. Sendo assim, é verossímil enunciar que a noção de moral e/ou moralidade traz consigo o papel de introjetar a consciência coletiva na subjetividade dos sujeitos em socialização.

A palavra “moral” vem do latim “mores” que tem como significado maneiras e costumes. Dessa forma, pode-se entender por moral um conjunto de regras, normas e valores que regem o comportamento humano através de determinados princípios, visando o bem viver em sociedade. Logo, está contida nos códigos que tendem a regulamentar o agir das pessoas e toda vez que se fala em moral torna-se necessário pensar em coletividade, pois as regras que a constroem são definidas pela sociedade, isto quer dizer, pelo coletivo.

Além disso, são os valores morais que vão determinar o que é o certo e o que é o errado; proibido e permitido; e dentro ou fora da lei, em determinada cultura e sociedade. Reiteradamente, é importante levar sempre em consideração os hábitos, costumes, valores e crenças do lugar que se está inserido e/ou que se analisa. A partir disso, um comportamento é compreendido como moral quando segue devidamente as regras vigentes no grupo a que pertence e, por consequência, quando um grupo de pessoas segue essas regras, já estabelecidas, ocorre o que podemos chamar de moralidade que nada mais é do que a moral posta na prática cotidiana e social.

Entretanto, o ser social nem sempre vai estar de acordo com a ordem imposta pela sociedade em que vive e, assim, pode começar a agir de modo imoral seguindo sua própria

noção de ética. Aqui vemos um forte exemplo acerca da inter-relação entre consciência individual e consciência coletiva, pois o indivíduo acaba agindo conforme sua subjetividade ao discordar de um consenso social. Ademais, caso o sujeito não aja conforme o código de conduta vigente, visto que o desconhece, ele pode ser considerado como um indivíduo amoral.

Posto isso, a noção de amoralidade se distingue da noção de imoralidade. No que diz respeito ao primeiro, o sujeito não considera os valores morais porque os ignora, sem julgá-los como bons ou ruins. Enquanto na imoralidade, o indivíduo conhece o conjunto de regras porém discorda e contesta agindo somente por interesses particulares, ou seja, de maneira imoral .

Destarte, para uma melhor compreensão sobre os conteúdos abordados, nos próximos itens a moral será tratada em uma de suas manifestações mais recorrentes, a educação. Visando este fim, Durkheim continuará a nos auxiliar e serão incluídas as ideias de Pierre Bourdieu acerca do campo educacional, das distinções econômicas existentes no processo de ensino-aprendizagem e da educação enquanto um espaço de disputa e hierarquização. Logo, o item 2 será um importante tópico que pretende retratar como esses fatores acabam reafirmando o caráter de reprodução da moral social dentro do âmbito da educação e do esporte enquanto ferramenta de ensino.

Ademais, as concepções de Durkheim acerca da moral serão aprofundadas na seção 3 e, em seguida, pretende-se demonstrar que o esporte, como prática incorporada ao processo educacional, reproduz valores sociais reafirmando a moral vigente na sociedade.

2. EDUCAÇÃO

No que diz respeito ao âmbito da educação, Émile Durkheim traz pontos muito importantes a serem considerados quando se pensa em moral e instituições de ensino. Isto pois, como já desenvolvido acima, o sociólogo francês considera a sociedade superior ao indivíduo por acreditar que ela existe independentemente dos sujeitos específicos. Nesse sentido, busca informar que o indivíduo socializado incorpora valores sociais através de variados meios (inclusive por intermédio da educação) agindo por vezes como um receptor de regras sociais, mas não somente. Ou seja, atenta para o fato de que os sujeitos vão se preenchendo ao longo da vida por valores culturais e condutas sociais de onde

estão inseridos, entretanto, justamente por existir uma relação constante entre consciência coletiva e consciência individual, também podem escolher discordar da moral social deixando de ser meros receptores.

Logo, precisamos considerar que as consciências individuais incorporam a moral de formas diferentes e em contextos variados, bem como estabelecem tensionamentos para com a consciência coletiva na medida em que ao não concordar com os padrões morais decide-se rompê-los mesmo enfrentando a coerção social. Em outras palavras, Durkheim atenta que, embora a sociedade seja coercitiva, o indivíduo tem margem de ação e questionamento.

Portanto, crê que a sociedade é influente e propõe que o ser social se adapte, em grande parcela, aos seus padrões e objetivos para que, assim, possa ser uma pessoa moral. Logo, entende que a escola é o principal instrumento dessa adaptação tendo em vista que a educação é um fato social que envolve maneiras de ser e pensar de modo geral, externo e coercitivo.

Seguindo essa lógica, percebe a escola como uma instituição que passa o legado de gerações. A educação resume-se, então, em uma socialização metódica das novas gerações e tem um ambiente específico: a escola. Desta forma, tem como finalidade construir o ser social que se formará a partir de dois “seres”, o individual (vontades/desejos) e o social (coletivo/culturas/tradições/crenças). À vista disso, compete à sociedade e ao processo de socialização a formação das concepções de moral e de vida, através da educação.

Portanto, a cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tábula quase rala sobre a qual ela deve constituir novamente. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um outro capaz de levar uma vida moral e social. (DURKHEIM, 2011, p.55).

Então, é dentro das instituições de ensino que se transforma a criança, desprovida de senso social, em uma peça ativa para a sociedade. Isto quer dizer, no momento em que a sociedade é um organismo vivo e no qual os órgãos trabalham em função da harmonia, fazemos parte da sociedade tal qual a sociedade faz parte de nós. Portanto, o ser humano mais do que formador é um produto, isto quer dizer, a construção do ser social é feita em boa parte pela educação e, assim, não se pode escapar de uma formação moral voltada para o bem-estar dessa sociedade.

Por conseguinte, reitera que o indivíduo é e está suscetível a uma coerção exterior e geral, apresentando alguns fatores a serem considerados: a externalidade diz respeito aos padrões culturais além das individualidades específicas; a coercitividade refere-se ao poder de coerção que os padrões impõem; e a generalidade retrata que os fatos sociais são coletivos porque pertencem a sociedade. Como exemplo, as leis são fatos sociais porque coagem os indivíduos a realizarem determinadas ações, ou a não realizarem, da mesma maneira que já se encontram dentro de um sistema pré-existente que vem de fora para dentro, ou seja, não é o sujeito que determina, mas sim a sociedade que impõe e é geral uma vez que é validada dentro daquele meio social em que se está inserido.

Ademais, como já retratado anteriormente, Durkheim argumenta que a moral também é um fato social particular de cada sociedade. Isto pois, costumes, hábitos e valores já estão inseridos no mundo e nós enquanto sujeitos sociais, que nascemos neste mundo, captamos os costumes e valores enraizados pela cultura já existente.

Nesse sentido, a educação também é um fato social uma vez que já existem sistemas educacionais dentro das sociedades. À vista disso, a educação é eminentemente social porque não há uma “única”. Tudo depende do contexto, das classes e da organização social tendo em vista que as sociedades vão constituindo dignidades humanas conforme as necessidades. Então, o homem, que a educação deve realizar nos sujeitos, não é tal qual a natureza fez, mas tal qual a sociedade quer que eles sejam. Logo, qualquer mudança na organização da sociedade tem como contrapartida uma mudança na ideia que o indivíduo faz de si mesmo.

Por fim, Émile Durkheim argumenta que a noção de moral e a educação não têm como único objetivo o indivíduo e seus interesses, mas também o meio pelo qual a sociedade renova incessantemente as condições de sua própria existência.

Destarte, o sociólogo Pierre Bourdieu também traz consigo escritos importantíssimos no que se refere à escola e instituições de ensino como ferramentas de formação humana e social. Primeiramente, torna-se importante levar em consideração o contexto social da década de 1960 em que havia uma concepção, dentro do âmbito acadêmico, de que se todos os indivíduos ingressassem no ensino básico as desigualdades sociais seriam solucionadas, considerando que as escolas agiriam de modo neutro. Isto quer dizer, a escola era vista como um agente transformador e capaz de erradicar as desigualdades sociais conforme concedesse acesso a todos, independentemente de quais

fossem os sistemas familiares, classes sociais e/ou as particularidades dos alunos. Nesse sentido, no momento em que fossem construídas mais instituições de ensino, para oferecer mais vagas, o problema das desigualdades sociais seria resolvido.

À vista disso, Pierre Bourdieu questiona esse pensamento, principalmente pelo fato de considerar que cada sujeito tem uma origem social distinta e defender que esse fator possui forte influência no processo de ensino-aprendizagem. Dado que o ambiente escolar seria único para todos, dispondo de um método ímpar, o padrão a ser seguido seria o da classe dominante da sociedade, que por sua vez cobra dos indivíduos uma linguagem culta e um comportamento formal. Melhor dizendo, visualizando a escola como um espaço neutro, seria uma instituição que trataria os estudantes de maneira igual e sem ponderar a bagagem cultural e as particularidades de cada um.

Logo, os alunos que possuíssem uma renda familiar alta (capital financeiro) estariam à frente dos demais pelo simples fato de terem maior acesso às diversas formas de conhecimento como, por exemplo, livros, revistas, viagens, obras cinematográficas, etc. Sendo assim, esses estudantes em questão (elite) disporiam, provavelmente, de uma maior facilidade em compreender e adquirir novos conhecimentos em relação aos seus demais colegas (classe média e popular).

Por consequência, aparece o termo “Capital Cultural” que basicamente diz respeito a uma herança familiar, ou seja, uma bagagem de conteúdo que a criança traz de sua origem familiar e/ou social. Desta forma, os alunos socialmente desfavorecidos (classe popular) que dispõem de um baixo capital financeiro e, conseqüentemente, pouco investimento em busca do conhecimento, enxergarão a escola como um lugar hostil totalmente diferente da sua realidade. Além disso, poderão ser vistos como seres imorais uma vez que não seguirão o padrão daquele espaço social e daquela consciência coletiva em questão. Já, por outro lado, os estudantes socialmente favorecidos (elite) vão visualizar como um espaço de continuação do ambiente e da educação familiar. Como efeito, tendem a obter, no mercado de trabalho, um rendimento maior de seus certificados escolares do que seus demais colegas de classes populares, pois os detentores de capital econômico e social podem, por exemplo, maximizar os benefícios potenciais de um diploma através da criação de condições mais favoráveis à sua utilização. Como exemplo, filhos de pais já formados (médicos, advogados, etc.) que ao se formarem já terão consultórios completos ou clientes e uma rede de contatos profissionais, sem falar de uma possível herança de um capital simbólico associado ao seu sobrenome.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as crianças advindas de classes populares terão dificuldade em se adaptar ao padrão a ser seguido dentro do ambiente escolar tendo em vista que o padrão sempre é medido pela classe dominante da sociedade (elite). Ou seja, por se tratar de um parâmetro totalmente distinto do seu dia-a-dia, a aprendizagem desses estudantes será bem mais complicada e árdua uma vez que não será possível identificar sua realidade com os comportamentos adotados pela instituição de ensino em questão. Logo, fica claro perceber que a escola vai continuar “favorecendo os favorecidos” e “desfavorecendo os desfavorecidos”, ou seja, é um ciclo vicioso onde as desigualdades sociais vão aumentar ainda mais ao invés de serem resolvidas.

Além disso, Pierre Bourdieu cita três estratégias de investimento escolar. Na primeira, retrata que as classes populares são compostas por indivíduos que buscam oportunidades de trabalho e que têm poucos recursos para investir na educação. Portanto, acabam visualizando a instituição de ensino com uma ideia geral de que aquele espaço não é um lugar para eles. Na segunda, discorre que as classes médias investem arduamente e sistematicamente na escolarização, pois enxergam uma possibilidade de ascensão social através da formação educacional. Já, na terceira, expõe que a elite já possui uma posição de destaque e privilégio, então, não estão preocupados com investimentos em educação porquê de qualquer forma seus filhos irão se formar e já têm um “futuro”.

Nessa lógica, ainda, o sociólogo comenta sobre o termo “consagração” que, no ponto de vista social, diz respeito às crianças que recebem de seus pais um bom capital cultural e incorporam titulações consagrando sua trajetória. Por conseguinte, ilustra que a titulação se torna consagração e usa como exemplo a entrega de diplomas com as cerimônias da nobreza feudal. Assim, se instaura uma “nobreza togada” dentro das instituições escolares onde existem status sociais, habitus e padrões a serem seguidos.

Destarte, de modo geral, pode-se dizer que não há cultura superior (nem inferior) e sim culturas diferentes. Então, por que no sistema de ensino há determinada conduta a se seguir? Por que escolher apenas uma? Por causa da uniformização, a escola adota a cultura das classes dominantes (cultura legítima) e busca uma linguagem específica, um jeito de ser e agir.

Então, para Pierre Bourdieu, não há escola neutra já que cada estudante será tratado diferente quando se leva em consideração classe social, sistema familiar, valores,

costumes, crenças, individualidades, etc. Ou seja, a escola representa um espaço de reprodução social, de regulação das normas sociais e de concretização da noção de moral.

Isto posto, ainda que a abordagem de Bourdieu manifeste os conflitos vinculados às disputas sociais no campo educacional e seus reflexos nas próprias distinções de classe entre os estudantes, o que se tenciona com este estudo é especialmente identificar e demonstrar o caráter educacional do esporte como meio de reprodução de valores morais da sociedade, independente dos possíveis juízos relativos à moral social em questão. Por esse ângulo, a perspectiva do sociólogo consegue reafirmar o caráter de reprodução da moral social da educação, nos permitindo visualizar e compreender o esporte como um dos vetores desse processo de socialização.

3. EDUCAÇÃO MORAL

Unificando as concepções acima, reitero alguns fatores importantes como o fato de que Émile Durkheim produziu diversificados textos destinados à investigação da educação e da moralidade. Logo, defende que todos os fenômenos relacionados à origem da moral são essencialmente situados dentro da própria sociedade tendo em vista que ela abrange um conjunto de interações e representações sociais e históricas.

É a sociedade que institui a moral, pois é ela que a ensina. Mesmo que se suponha ser possível demonstrar a verdade moral fora do tempo e do espaço, para que tal moral chegue a se tornar uma realidade, será preciso que existam sociedades que possam adequar-se a ela, que a sancionem e que a tornem realidade. A moral não é uma coisa de livros; brota das mesmas fontes de vida e chega a ser um fator real da vida dos homens. Não existe senão na sociedade e pela sociedade. (DURKHEIM, 2007. p.67)

Destarte, como já citado acima, cada sociedade, ao longo das décadas, cria suas próprias regras morais e a moral é um fato social porque o ideal moral é variável conforme as épocas e os lugares. Nessa perspectiva, a moral não é eterna, nem absoluta, tendo em conta que é uma construção social. Ademais, considera como função social da moral a regulação da conduta humana.

No que diz respeito, especificamente, a educação moral, o sociólogo parte de uma perspectiva francesa republicana e objetiva apresentar suas ideias sob a ótica de uma escola pública e laica. Visto que, defende em seus escritos que a educação moral tornou-se um assunto urgente em relação à educação de seu tempo no qual era necessário um novo sistema social baseado na razão e na ciência como maneira de assegurar a coesão

das sociedades modernas, ameaçadas, conforme ele, pelas noções de anomia e pelo individualismo.

Seguindo essa lógica, Durkheim defende a importância vital dos pedagogos e reforça uma urgência para com a atenção dos mesmos, levando em consideração que o sistema educacional da França estava em crise e isso ameaçaria a eficiência da educação moral, logo, a moralidade pública estaria em ameaça também. Portanto, a educação moral é uma questão a ser ponderada porque surgiu, dentro do sistema de ensino, a necessidade de uma educação baseada na laicidade e na racionalidade.

Decidimos dar às nossas crianças, em nossas escolas, uma educação que fosse puramente laica: com isso, se deve entender uma educação que abdica de qualquer referência aos princípios sobre os quais repousam as religiões reveladas, que se apoia exclusivamente sobre ideias, sentimentos e práticas que se justificam unicamente pela razão, em uma palavra, uma educação puramente racionalista. (DURKHEIM, 2008. p. 19)

Ademais, parte-se em busca de desenvolver uma moral laica para formar cidadãos que crêem numa sociedade estruturada na racionalidade e na ciência. Melhor dizendo, procura-se estabelecer uma sociedade laicizada e baseada no espírito científico onde os sujeitos possam perceber a realidade sem recorrer diretamente à religiosidade e à mitologia.

À vista disso, a educação moral torna-se um processo imprescindível a ser desempenhado considerando o desenvolvimento histórico. Isto quer dizer, sabemos que o processo educativo, ao longo das décadas, vem passando por reestruturações e dentre elas está a laicização tendo em vista os povos antigos que tinham como “base moral” a religião e os ritos e em contrapartida as sociedades modernas que começam a ter como “essência moral” a ciência e a disciplina, onde os deveres morais não derivam mais da religiosidade, mas sim do homem enquanto sujeito racional.

Tenha-se em vista o que foi dito, para que se possa racionalizar a moral e a educação moral não se pode ignorar tudo que envolve o mundo religioso visto que ao fazer isso se ameaçaria remover importantes elementos que são propriamente morais. Logo, não se deve eliminar, mas sim substituir. Consequentemente, Durkheim (2008) defende que é preciso investigar e encontrar equivalentes racionais dentro das noções religiosas para que os indivíduos sociais sejam capazes de enxergar a realidade em que se vive de modo racionalista, sem intermédio religioso e mitológico.

A partir disso, para melhor elucidar o processo educacional que se visa construir, o sociólogo estratifica a educação em duas “fases”: a primeira infância e a segunda infância. A primeira diz respeito à responsabilidade educativa da família para com a criança e, por outro lado, a segunda refere-se à escola que passa a ser uma ferramenta de construção da educação moral onde a criança se insere no mundo social e apreende o “espírito de disciplina” que é um forte elemento da moralidade e que tem como motor o estímulo à obediência das regras sociais. Essas regras englobam características como, por exemplo, autoridade e regularidade, ou seja, a regra exige obediência tendo em vista que a regularidade de uma regra social conduz ao reconhecimento de sua autoridade. Portanto, o que o sociólogo Émile Durkheim quer ilustrar é que o espírito de disciplina, propagado através da educação moral, deve provocar a sujeição da criança à autoridade da regra.

Outro elemento da moralidade fundamental é o que Durkheim nomeia de “adesão ao grupo” ao defender que é apenas em grupos sociais que os valores morais são construídos e fixados, considerando que a vontade individual é vazia de qualquer valor moral porque os grupos sociais são a própria fonte e finalidade da educação moral. Ora, educar moralmente a criança para a vida social e fazê-la aderir aos objetivos nela vigentes significa educá-la moralmente, de modo que não exista uma vida moral sem a adesão a um grupo no interior de uma sociedade (DURKHEIM, 2008). Então, enxerga na sociedade e nos sujeitos uma indispensabilidade de integração social e de solidariedade no momento em que se sabe que agir moralmente é agir considerando um interesse coletivo.

Nesse sentido, a teoria durkheimiana também se debruça sobre o elemento intitulado de “autonomia da vontade” que nada mais é do que o resultado de uma moralidade compreendida como a superação da antinomia entre o bem e o dever. Em outras palavras, é um elemento moral que proporciona a transformação de uma obediência moral religiosa para uma obediência moral através da razão, do esclarecimento. Em síntese, consiste na liberdade individual que se coloca diante do indivíduo ao aceitar a regra social como um dever.

Por fim, concluo que a educação moral dirige o ser humano a inserir-se no âmbito da vida civil e social onde a instituição “escola” tem como papel mediar a relação entre indivíduo, família e sociedade. Isto pois, Durkheim considera que o pedagogo deve transmitir aos seus alunos as razões das regras morais, de modo prático e compreensível, visando uma formação humana dentro de escolas laicas para que se possa viver em uma

sociedade democrática e racional, ou seja, que faz uso do espírito científico. No mais, é por meio de uma educação moral que se pode conferir aos cidadãos o gosto pela vida em coletividade e para que a educação moral seja conduzida acertadamente, deve-se desenvolver os elementos fundamentais da moralidade que são: o espírito de disciplina, a adesão ao grupo e a autonomia da vontade.

Em que pese, buscou-se levar em consideração as ideias de Émile Durkheim acerca da moral e da educação visando entender particularmente o caráter socializador da educação como uma importante ferramenta de introjeção da moral social e de reprodução das normas de conduta, que são definidas pela consciência coletiva. Ou seja, a educação moral pretende fazer com que o sujeito introduza em sua subjetividade os valores sociais de onde se vive. Para os fins deste estudo, tal concepção possibilita compreender de modo mais aprofundado o sentido do esporte na educação como meio de socialização.

4. ESPORTE E MORALIDADE: COMPREENDENDO O OLIMPISMO

Primeiramente, torna-se de tremenda importância frisar que o esporte é um dos principais fenômenos sociais da atualidade e reflete a forma como as sociedades vêm se organizando, do mesmo jeito que revela as dessemelhanças entre países, povos e classes sociais. Além disso, também tem se tornado cada vez mais um forte elemento da Indústria Cultural do século XXI e mostra-se como uma ferramenta capaz de promover ascensão social.

Proveniente da pré-história, o esporte organizou-se de fato na Grécia Antiga e vem sendo reinventado ao longo das décadas como um forte elemento pedagógico (BOGA, 1964). Logo, vem acompanhando a história da humanidade como um componente essencial à condição humana, tanto no que diz respeito ao corpo quanto no que se refere às normas sociais e aos elementos culturais.

Assim sendo, voltemos ao princípio em que grande parcela da formação do cidadão grego era voltada para o processo de purificação de espírito e que tinha como premissa a beleza do corpo para alcançar a “perfeição”. Nessa perspectiva, podemos conjecturar que a Educação Física era um fator significativo na Grécia Antiga visto que naquele contexto educação e beleza se complementavam e coexistiam no interior do esporte. Então, é cabível levar em consideração que o desporto forneceu devida importância na formação dos indivíduos gregos tornando-se um elemento presente no

âmbito educacional da Grécia, especialmente para jovens e crianças (CAGIGAL, 1979; TUBINO, 1992).

Outro fator significativo é o fato de que a competição era um princípio vital para os gregos, ou seja, a rivalidade fazia parte da essência de vida daqueles sujeitos e a dignidade e o valor de uma competição não residiam nos resultados, mas sim o espírito criador de disciplina e de consagração. A partir disso, Os Jogos Olímpicos da Grécia marcaram fortemente a sociedade da época de modo que durante sua realização era decretada uma “trégua” onde todos os conflitos e guerras eram suspensas para que todos os atletas e espectadores conseguissem participar do evento em segurança, sem sofrer quaisquer formas de ataque.

Em sequência, o esporte e as práticas esportivas perpassam o século XIX acompanhando as mudanças organizacionais, políticas e sociais que aconteceram ao longo dos séculos como, por exemplo, o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Assim sendo, pode-se dizer que o esporte moderno se originou através de um processo de “esportivização” da cultura corporal, principalmente, da nobreza inglesa (BETTI, 1991). Nesse contexto, considerava-se que para aprender a pensar e obter potencialidades intelectuais era necessário exercitar todos os membros, todos os sentidos e todas as habilidades que os humanos são capazes de desenvolver e, para alcançar isso, fazia-se necessário que o corpo fosse vigoroso, forte, atlético e sadio. Então, mais uma vez, a Educação Física significava uma importante parte integrante da educação por se acreditar que a atividade física é capaz de favorecer uma vida ativa e saudável aos indivíduos.

À vista disso, Norbert Elias e Eric Dunning são importantes peças no que diz respeito à organizações e concepções do esporte, além de também demonstrarem devida preocupação sobre a normatização de conduta e de regras, considerando os complexos processos sociais e políticos que já sofreram. Logo, informam que:

No decurso do século XIX e, em alguns casos, mais cedo, na segunda metade do século XVIII, com a Inglaterra considerada como um modelo, algumas atividades de lazer exigindo esforços físicos assumiram também em outros países as características estruturais de ‘desportos’. O quadro de regras, incluindo aquelas que eram orientadas pelas ideias de ‘justiça’, de igualdade de oportunidades de êxito para todos os participantes tornou-se mais rígido...A ‘desportivização’, em resumo, possui o caráter de um impulso civilizador comparável, na sua orientação global, à ‘culturalização’ dos guerreiros, onde as minuciosas regras de etiqueta representam um papel significativo. (ELIAS & DUNNING, 1992. p.224)

Isto pois, o esporte no século XVIII era uma prática aristocrática que tinha como finalidade estratégica o controle do tempo livre de adolescentes das classes dominantes, melhor dizendo, usava os jogos como uma ferramenta pedagógica de controle social. Entretanto, acabou convertendo-se, ao longo dos anos, em um elemento central no âmbito acadêmico e uma ferramenta importante nos currículos escolares. Conseqüentemente, o esporte passou a ser considerado como um universo formador de caráter dos prováveis futuros dirigentes sociais e considerando o contexto político da época, o esporte passou a ser uma metáfora do jogo capitalista.

Desta forma, o modelo esportivo inglês transfigurou-se para uma formação física e moral dos indivíduos e as escolas se tornaram fábricas de líderes atuantes no exército, na política e nas empresas comerciais. Ademais, a influência socializante das práticas esportivas acabou promovendo valores como, por exemplo, liderança, cooperação, disciplina e produtividade que eram fortes elementos necessários para a administração ideal que se buscava para o Império Britânico. Entretanto, a oportunidade esportiva não era destinada a todos os agentes sociais, sabendo-se que diante da formação de lideranças presume-se que haja liderados. Assim, constata-se que as escolas inglesas acabam se tornando, principalmente, espaços formadores de líderes empreendedores e militares disciplinados e, bem como as ferroviárias e as indústrias têxteis que a Inglaterra visava exportar cada vez mais, o esporte também entrou nesse processo e veio a servir dentro da ideologia de “livre troca” existente dentro do liberalismo.

Entraremos agora no Movimento Olímpico moderno, marcado pelos processos histórico-sociais, mas que acabou se redesenhando com a forte aspiração de uma universalização do esporte. O francês Pierre de Frédy¹, mais conhecido como Barão de Coubertin, foi um historiador e educador do século XIX que se comprometeu justamente em reestruturar os Jogos Olímpicos de modo que os valores pedagógicos fossem revalorizados como na Grécia Antiga. Nesse sentido, sua principal preocupação baseava-se em reconhecer e enaltecer a competição como um processo honesto e sadio que abrangesse culto ao corpo e práticas físicas, considerando sua perspectiva humanista.

¹ Pierre de Frédy nasceu na França em 1º de janeiro de 1863, filho de família aristocrática. Passou a ser conhecido como Barão de Coubertin e, inspirado nas Olimpíadas da Grécia Antiga, foi o fundador dos Jogos Olímpicos da Era Moderna que foram disputados pela primeira vez em 1896. Logo, ele foi o responsável por colocar no papel os ideais do Olimpismo como um estilo de vida associado ao esporte, à cultura e à educação. (GAVINI, Fernando. OTD. Olimpíada Todo Dia, 2020.)

Com base nisso, inspirado tanto no modelo grego quanto no britânico, Coubertin enxergava o esporte como uma ferramenta capaz de equilibrar qualidades físicas e intelectuais, além de também conseguir assegurar a paz mundial através das práticas esportivas. Então, os Jogos Olímpicos representavam para ele o estabelecimento de uma concepção de práticas de atividades físicas que reorganizava o esporte em um empreendimento educativo, moral e social, designado a influenciar em variados campos como, por exemplo, dos sujeitos, das sociedades e dos países (TAVARES, 1999).

Desta forma, desenvolveu-se o Olimpismo que basicamente diz respeito a uma filosofia de vida que busca alcançar o equilíbrio entre corpo, espírito e mente relacionando esporte com cultura e educação.

O Olimpismo visa criar um estilo de vida baseado no prazer encontrado no esforço, no valor educacional do bom exemplo e no respeito aos princípios éticos fundamentais universais. (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 1997.)

Seguindo essa lógica, Pierre de Coubertin defendia o uso do esporte na educação de modo que não apenas o indivíduo de elite participasse, mas sim todo mundo. Então, objetiva-se assegurar a prática esportiva como um direito de todos, tal qual a educação e por isso o Olimpismo tem como princípios fundamentais promover: ensino, integração cultural, formação humana, igualdade, justiça, respeito, minimizar discriminações e estimular a solidariedade entre os indivíduos sociais, bem como visa estabelecer um modo de viver onde se conglomere esporte, cultura, educação social e moral, racionalidade, cooperação global e coexistência pacífica, independentemente de nação, gênero, classe social, etnia, religião e/ou ideologia. Portanto, pode-se considerar que esses são os principais ideais olímpicos e é justamente através do esporte que o Olimpismo realiza seus objetivos.

Para mais, os Jogos Olímpicos da Era Moderna têm dois elementos muito importantes que são: o amadorismo e o “fair-play”. O primeiro diz respeito a preocupação de aristocratas e burgueses para com o controle das práticas esportivas tendo em vista que alegavam o direito ao esporte somente para quem pudesse tê-la como atividade de tempo livre e, desta forma, os indivíduos que trabalhassem e que fossem remunerados de qualquer forma não poderiam participar dos Jogos Olímpicos como competidores. Então, de acordo com Cardoso (1996), pode-se definir que os criadores do termo “amadorismo” desejavam afastar a classe proletária do mundo esportivo.

O segundo elemento intitulado “fair-play” (ou espírito esportivo, ou jogo limpo, ou ética esportiva) refere-se a um tipo de conduta, isto quer dizer, é um conjunto de princípios morais que orientam o desporto. Por conseguinte, pretende desenvolver uma formação ética e moral dos praticantes visando evitar manobras e ferramentas ilícitas nas competições para que estas possam ocorrer de forma honesta e justa (MIRAGAYA, 2009). Em suma, pode-se dizer que, de modo geral, é um conjunto de valores normativos do comportamento individual e coletivo. No mais, é de se considerar que o “fair-play” pode ser segmentado em duas categorias: o formal e o não formal. O primeiro trata-se do cumprimento de regras que o esportista deve cumprir, ou seja, possui viés obrigatório; já o segundo diz respeito ao comportamento individual e aos valores morais do atleta para com os demais competidores, ou seja, não existe uma regra formal mas sim um valor moral construído culturalmente e legitimado socialmente.

Ademais, os jogos se transfiguraram, a ideia do Olimpismo se adaptou conforme as mudanças mundiais e não há mais lugar para o amadorismo, bem como a competitividade se tornou enorme e o “doping” é uma forte ameaça. Estabeleceu-se, então, uma relação importante entre capital financeiro e desempenho esportivo, fazendo com que os ideais do Olimpismo, já citados anteriormente, fiquem comprometidos.

Diante disso, deve-se compreender que atualmente o maior incentivo para a realização do esporte de alta competição é justamente a possibilidade de ascensão social, onde indivíduos com baixa remuneração financeira e/ou vulnerabilidade social enxergam nas práticas esportivas um refúgio e uma oportunidade de “mudar de vida” (SOUZA et al., 2008). Por consequência, ocorreu no século XXI a profissionalização das atividades físicas e isso acarretou um enorme processo de transformação do mundo desportivo, pois transformou o esporte em uma carreira cobiçada, logo, uma opção de vida a ser conquistada e disputada por crianças, jovens e adultos.

Em síntese, perante os valores que Coubertin estabeleceu como especificidades do Olimpismo, torna-se notório o aspecto moral do esporte. Isto pois, foi possível verificar que o desporto carrega consigo, ao longo das épocas, o papel e a função de uma ferramenta socializadora onde transfigura-se em uma fonte explícita de reprodução da moral. Além disso, é de tremenda importância salientar que o esporte, enquanto propagador da moral, transcende a prática específica e se configura como valor, como fonte de moral social e vetor de reprodução da consciência coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista disso, não temos como caracterizar o esporte sem considerarmos que se trata de um âmbito que envolve processos complexos (políticos, históricos, sociais, culturais...) refletindo mudanças sociais e que, portanto, possui fortes significados morais e éticos.

De modo geral, o Olimpismo busca vincular o esporte com a educação e a cultura, sugerindo um modo de vida baseado no prazer do esforço, no ensino de valores relativos ao bom exemplo e no respeito pelos princípios morais universais. O francês Pierre de Coubertin buscou argumentar, também, que a prática desportiva não teria sentido sem uma filosofia pedagógica porque apenas treinar os músculos do corpo não seria o suficiente para uma formação humana e moral integral.

Com efeito, foi por meio dos elementos amadorismo e “fair-play” que o esporte estabeleceu nitidamente normas e condutas de classe. Nesse sentido, Pierre Bourdieu ilustra, em uma de suas obras, justamente que as escolas totais forjavam marcas implícitas e explícitas da disciplinarização corporal e moral dos indivíduos na formação de uma nova ordem social capitalista. Ademais, outro ponto relevante a ser considerado é o fato de Norbert Elias esclarecer que no desporto se inscrevem as marcas do autocontrole das emoções e isso acontece dentro do complexo processo civilizador, onde a violência física começou a ser substituída pela violência simbólica como novo modo de configuração dos conflitos sociais.

Nessa lógica, o desporto é um espaço de reprodução da moralidade e o esporte ao longo dos séculos vem se transformando, cada vez mais, em um evento significativo tanto do ponto de vista esportivo, como político, econômico, educativo e social. Nos dias atuais, os docentes do ensino esportivo, os currículos escolares e algumas políticas públicas tentam, na medida do possível, permanecer incorporando na Educação Física o componente educacional, como meio civilizatório, de formação humana e social visando reproduzir uma moral de respeito ao próximo, de competição honesta e justa onde se estimam as regras.

Em suma, portanto, o esporte carrega consigo o papel e a função de, enquanto meio educativo, proporcionar um modo de vida baseado na formação humana, social e moral onde se conglomeram práticas esportivas, educação, cultura, solidariedade, respeito,

racionalidade e colaboração global - independentemente de nação, gênero, classe social, etnia, religião e/ou ideologia - visando alcançar o bem-estar social.

Por fim, como se pretendeu demonstrar ao longo do artigo, a Educação Física continua sendo um importante componente educativo formalmente estabelecido. Logo, desempenha um papel fundamental como meio de reprodução de valores morais, de socialização e, por conseguinte, educacional, pois incorpora visões de mundo socialmente estabelecidas, normas de conduta e padrões de comportamentos definidos pela consciência coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. de. Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. São Paulo: Melhoramentos, 1956. Cap. IV - A natureza sociológica do fenômeno de educação", p.71-81.

_____. Os sistemas escolares. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice (orgs.). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 13 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987, p.138-149.

BETTI, M. Educação Física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991.

BOGA, M. Jogos Olímpicos na antiga Grécia e olimpismo moderno. Lisboa: Imprensa Lucas, 1964.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: A economia das trocas simbólicas (Org. Sergio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974, p.203-229.

_____. Estruturas sociais e estruturas mentais. Prólogo à La Noblesse d'État. Teoria & Educação. Porto Alegre, Pannonica, n. 3, 1991, p.113-119.

_____. Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p.164-204. 4

_____. A escola conservadora. In BOURDIEU, P. Escritos de educação, Petrópolis, Vozes, 2003, p. 39-64.

BOURDIEU, P.; CAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. Escritos de educação, Petrópolis, Vozes, 2003, p. 217-227.

BOURDIEU, P; PASSERON, J.C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis, 2014, Cap. A escolha dos eleitos, p. 15-45.

_____. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Apêndice, pp. 253-266.

BOURDIEU, Pierre. Provação escolar e consagração social. As classes preparatórias para as grandes escolas. Revista Tempos e espaços em educação. Sergipe, v. 8, n. 15, p.19-120. jan./abr. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

CAGIGAL, J.M. Cultura intelectual y cultura física. Buenos Aires: Kapeluz, 1979.

CARVALHO, A. Melo. O que é Olimpismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Olympic charter. Lausanne: COI, 1997.

DURKHEIM, É. Da divisão do trabalho social. - 2ª ed. - São Paulo: Martin Flores, 1999.

_____. O ensino da moral na escola primária. Novos estudos Cebrap, nº 78, julho, 2007, p.59- 75.

_____. A Educação Moral. Tradução: Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Educação e sociologia. Tradução: Stephania Matousel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Educação e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 1 - A educação, sua natureza e seu papel, pp. 43- 70; e Cap. 3 - Pedagogia e sociologia, pp. 93-113.

DAYRELL, Juaréz. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In: Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DUNNING, E. Prefácio. In: A busca da excitação. Lisboa: Difel, p. 11-37, 1992.

_____. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e significados sociais do desporto. In: A busca da excitação. Lisboa: Difel, p. 299-325, 1992.

_____. Esporte, violência e civilização: uma entrevista com Eric Dunning. In: GASTALDO, E. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v.14, n. 30, jul./dez, p. 223-231, jul./dez. 2008.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

Eric Dunning. (Org.). Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios. 1ed. São Paulo: Annablume, 2014.

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Trad. Eric Nepomuceno. - 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002.

GAVINI, Fernando. OTD. Olimpíada todo dia. 2020.

Disponível em: <<https://www.olimpiadatododia.com.br/curiosidades-olimpicas/239491-barao-de-coubertin-criador-dos-jogos-olimpicos/>> Acesso em: SET. 2022

GODOY, L. Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga. São Paulo: Nova Alexandria/Unimes, 1996.

HEY, Ana Paula; CATANI, Afrânio Mendes; MEDEIROS, Cristina. A sociologia da educação de Bourdieu na revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Tempo Social, v. 30, n. 2, 2018, p.171-195.

MIRAGAYA, Ana. “Educação Olímpica: O legado de Coubertin”. In: REPPOLD FILHO, A. P. R. et al. Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MORROW, Raymond e TORRES, Carlos Alberto. Teoria Social e Educação. Uma crítica das teorias da reprodução social e cultural. Capítulo sobre a Tradição Funcionalista: Parsons e a Educação. Cap. 3 (p. 21-165).

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M. M. Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, Cap. 3 - A herança familiar desigual e suas implicações escolares, pp. 59-82.

RIVIÉRE, Claude. Introdução; Ritos de exibição de uma adolescência marginal. In: RIVIÉRE, Claude. Os ritos profanos. Petrópolis: Vozes, 1996. p.25-39; p.159-180.

SOUZA, C. A. M. et al. “Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros”. PA: Horizontes Antropológicos. Ano 14, n. 30, 2008.

SOUZA, Juliano de. Por uma gênese do campo da sociologia do esporte: cenários e perspectivas. Movimento, v. 16, n. 2, p. 45-70, abr./jun. 2010.

TAVARES, O.; DACOSTA, L. (orgs) Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. RJ: Ed. UFRJ. 1994.